

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.dj@cbnet.com.br



Poesia é voar
fara da asa
Manoel de Barros



Assista à
playlist da
Capital S/A
no YouTube

Missão da Indústria brasileira ao Panamá amplia presença na América Latina

Cerca de 100 representantes da indústria brasileira participam da Missão Empresarial ao Fórum Econômico Internacional da América Latina e Caribe (ALC), no Panamá. A iniciativa, liderada pela CNI, quer reforçar a presença e o protagonismo do setor produtivo do Brasil em um dos principais espaços de diálogo sobre crescimento sustentável, inclusão e competitividade. O presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) e vice-presidente executivo da CNI, Jamal Jorge Bittar, faz parte da delegação.



Prazo final para Refis de outorga onerosa

O prazo para adesão ao Programa de Incentivo de Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal (Refis-N) entrou a reta final. O programa permite a regularização de débitos relacionados à Outorga Onerosa de Alteração de Uso (Onalt) com descontos expressivos em juros e multas. Os interessados têm até 27 de fevereiro para formalizar a adesão. O Refis-N é voltado para pessoas físicas e jurídicas com débitos de Onalt.



Segurança jurídica

“É uma oportunidade importante para que contribuintes regularizem débitos relativos à Onalt com condições facilitadas e descontos expressivos. Uma medida que garante segurança jurídica, estimula a regularização e contribui para o desenvolvimento econômico do DF, beneficiando toda a sociedade”, afirma o secretário-chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha.

Cobrança por valorização de imóvel

Depois de mudança de destinação, a Onalt é um instrumento de política urbana definida no Estatuto da Cidade e tem a missão de recuperar a valorização imobiliária de um lote. Essa valorização decorre de uma autorização dada pelo Poder Público para um uso distinto do que foi estabelecido pelos parâmetros urbanísticos. Isso se dá, por exemplo, quando a regra indica uso original e a lei posterior concede um novo uso de forma onerosa. Essa mudança de uso, quando da expedição do alvará de construção ou da licença de funcionamento, se implicar em valorização imobiliária, gera a cobrança.

Celebração com a Dombambu

Em comemoração aos 48 anos, o empresário brasiliense Rafael Poubel reuniu amigos e parceiros de trabalho para a Sunset Party, que marca a temporada de experiências integradas entre a Dombambu e o Sallva Bar & Ristorante. O evento, no Pontão do Lago Sul, uniu a expertise em estruturas geodésicas de bambu e a cozinha sustentável premiada pelo Instituto Lixo Zero Brasil. Rafael é fundador da Dombambu e Wedome Glamping — referências nacionais em estruturas de bambu em formato geodésico para eventos, coberturas para temporadas em espaços abertos e hospedagens tipo glamping — as tendas de luxo para turismo de experiência. Foi reconhecido por projeto inovador da Wedome Glamping, em 2023, pela Casa Cor Brasília, como projeto mais original da mostra. E, entre os convidados, o casal Ronaldo Cirillo e Ana, da Vila Triarca, que presenteou Rafael com um vinho especial da vinícola de Brasília.



Recorde em exportações

Em 2025, as exportações brasileiras para o Panamá bateram o recorde de US\$ 1,6 bilhão, um crescimento de 426% na última década, com a indústria de transformação representando quase 90% desse fluxo. Os dados são de um levantamento da CNI — com base em informações da Apex-Brasil, do Banco Mundial e do ComexState, do Banco Central — que mostra, ainda, que o Brasil teve investimentos no Panamá que somaram US\$ 9,5 bilhões em 2024.

Acordo para livre comércio

A indústria brasileira defende o avanço das negociações de um Acordo de Livre Comércio entre Brasil e Panamá. Mercados como os Estados Unidos, a União Europeia e outros parceiros latino-americanos já têm acordos comerciais com o país da América Central e estão um passo à frente.

Desafios da mulher no comércio internacional

Além das reuniões bilaterais, a delegação da CNI lançará uma consulta empresarial sobre os desafios da mulher no comércio internacional na América Latina. A vice-presidente do Fórum Nacional da Mulher Empreendedora, Janete Vaz; e a CEO do grupo Levvo, Laura Oliveira, fazem parte da delegação, além de representantes de câmaras de comércio, entidades setoriais e empresas brasileiras.

“São objetivos da CNI e da Fibra a construção e a ampliação de mercados para a indústria brasileira. América Central e Caribe são mercados consumidores de produtos nacionais e estamos no Panamá para estreitar o relacionamento não só comercial, mas em pontos como investimento e desenvolvimento econômico e industrial”

Jamal Bittar, presidente da Fibra.

MAUS-TRATOS/ No Condomínio Privê Lucena Roriz, um filhote de pitbull morreu após comer alimento contaminado que foi arremessado para dentro da varanda da casa de sua tutora. Outros dois cães da família seguem em tratamento

Cães são envenenados em Ceilândia

» LETÍCIA MOUHAMAD

Na semana em que a repercussão do crime contra o cão Orelha, em Santa Catarina, ganhou proporção mundial, um caso ocorrido no Condomínio Privê Lucena Roriz, em Ceilândia Norte, mostra como a violência a animais domésticos persiste em todos os lugares. Merlin, um filhote de pitbull de apenas quatro meses, morreu após ingerir alimento envenenado arremessado para dentro da varanda da residência de sua tutora, Waléria Maciel, 58 anos. A autoria do crime ainda é desconhecida.

Além de Merlin, outros dois cães da família, Granola e Afrodite, ingeriram o veneno. Ambos seguem em tratamento intensivo. Conforme o relato da tutora, no úl-

timº domingo, a família estava em casa quando ouviu um barulho indicando que alguma pessoa passou em frente ao portão, momento no qual os três cachorros correram para a garagem.

“Quando eles (os cães) voltaram, o Merlin estava chorando e, em seguida, vomitou uma secreção esverdeada. Percebemos que era veneno, mas, na varanda, já não tinha nenhum resquício da substância. Foi então que os outros dois, a Afrodite e o Granola, também começaram a passar mal. Levamos os três ao hospital veterinário, mas o Merlin não resistiu e morreu na madrugada de ontem”, detalha Waléria.

No momento, Granola tem apresentado melhorias, mas Afrodite segue em estado grave. “Eles nunca fizeram mal para ninguém. Merlin

era o melhor amigo do meu neto, Heitor, de quatro anos. Eles brincavam no quintal, dormiam juntos, pareciam irmãos. Como eu vou explicar para o Heitor que o amigo dele foi morto, sem mais nem menos?”, desabafa a terapeuta integrativa, bastante emocionada. Os animais tinham uma função terapêutica essencial na casa, segundo a tutora, servindo também de companhia e apoio emocional para sua mãe e sua filha, ambas acamadas.

Imagens de câmeras de segurança de vizinhos registraram a presença de um carro branco, semelhante a veículos de entrega, estacionado em frente à residência no domingo, mas a placa não foi identificada. Waléria confirmou que registrará um boletim de ocorrência para que o caso seja investigado pelas autoridades. “Eu só quero

que esta pessoa reflita sobre todo mal que ela nos causou com sua atitude desumana e criminosa”, frisou.

Em novembro de 2025, um policial militar de 36 anos foi preso em flagrante por atropelar e matar intencionalmente um cão comunitário em um condomínio em Vicente Pires. O crime foi filmado por câmeras de segurança, que registraram o momento em que o condutor trafegava pela via externa do condomínio e, de forma clara e consciente, desviou o automóvel para a direita, atropelando um cão que dormia na rua.

A Polícia Civil ressalta a importância de denunciar casos de maus-tratos a animais. Denúncias podem ser feitas pelo telefone 197, opção 0, pelo e-mail denuncia197@pcdf.df.gov.br ou pelo WhatsApp (61) 98626-1197.

Arquivo pessoal



Merlin tinha quatro meses de idade. Autoria do crime é desconhecida

OPERAÇÃO

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



A investigação foi conduzida pela 26ª DP, Samambaia Norte

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) realizou, ontem, a operação Duplo Fator contra uma organização criminosa especializada em fraudes eletrônicas envolvendo servidores públicos e instituições bancárias.

A ação, conduzida pela 26ª Delegacia de Polícia (Samambaia Norte) com apoio da Divisão de Operações Policiais (DOE) e das polícias civis de Goiás e Mato Grosso, cumpriu seis mandados de prisão e oito de busca e apreensão no DF — em Samambaia, Areal, Ceilândia e Riacho Fundo — e nas cidades de Aragarcas (GO) e Barra do Garças (MT).

Segundo a investigação, o grupo invadia sistemas governamentais e

utilizava dados de servidores públicos para abrir contas digitais e contratar empréstimos fraudulentos. Para dificultar o rastreamento policial, os suspeitos alugavam imóveis por temporada, inclusive por plataformas como Airbnb, onde montavam estruturas temporárias com computadores e impressoras.

Os investigadores identificaram o uso de softwares de automação para varrer bases de dados e selecionar vítimas com alto score de crédito, margem consignável disponível e ausência de dívidas. Internamente, os alvos eram classificados como pessoas de “renda boa”.

Para driblar os mecanismos de segurança das instituições financeiras, a quadrilha recrutava pessoas em situação de

vulnerabilidade, chamadas de “atores”. Elas eram usadas para passar biometria facial exigida na abertura das contas digitais. Paralelamente, um núcleo de falsificação produzia documentos físicos adulterados, como RGs e CNHs.

Após a abertura das contas, os criminosos movimentavam pequenos valores para simular atividade financeira regular e, assim, ampliar gradualmente os limites de crédito. Em seguida, acessavam indevidamente a plataforma Sou.Gov, suprimiam a autenticação de dois fatores e elevavam o nível das contas invadidas para as categorias “prata” ou “ouro”, o que permitia a contratação de empréstimos em nome dos servidores.

De acordo com a polícia, ao

menos dois casos já foram confirmados no Distrito Federal, com prejuízos de R\$ 244.131,79 ao Banco Sicred e de R\$ 120 mil ao Banco do Brasil.

A Justiça determinou o bloqueio de valores em contas ligadas aos investigados para tentar garantir o resarcimento das vítimas e descapitalizar a estrutura financeira do grupo.

Ainda segundo a apuração, os líderes da organização tratavam as fraudes como atividade profissional, descrevendo os golpes como um “trabalho diário” voltado à manutenção do padrão de vida.

Os presos devem responder por organização criminosa e estelionato eletrônico. As investigações continuam para identificar outros envolvidos e possíveis novas vítimas.

Criminosos fraudavam contas de servidores

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) realizou, ontem, a operação Duplo Fator contra uma organização criminosa especializada em fraudes eletrônicas envolvendo servidores públicos e instituições bancárias.

A ação, conduzida pela 26ª Delegacia de Polícia (Samambaia Norte) com apoio da Divisão de Operações Policiais (DOE) e das polícias civis de Goiás e Mato Grosso, cumpriu seis mandados de prisão e oito de busca e apreensão no DF — em Samambaia, Areal, Ceilândia e Riacho Fundo — e nas cidades de Aragarcas (GO) e Barra do Garças (MT).

Segundo a investigação, o grupo invadia sistemas governamentais e

utilizava dados de servidores públicos para abrir contas digitais e contratar empréstimos fraudulentos. Para dificultar o rastreamento policial, os suspeitos alugavam imóveis por temporada, inclusive por plataformas como Airbnb, onde montavam estruturas temporárias com computadores e impressoras.

Os investigadores identificaram o uso de softwares de automação para varrer bases de dados e selecionar vítimas com alto score de crédito, margem consignável disponível e ausência de dívidas. Internamente, os alvos eram classificados como pessoas de “renda boa”.

Para driblar os mecanismos de segurança das instituições financeiras, a quadrilha recrutava pessoas em situação de

vulnerabilidade, chamadas de “atores”. Elas eram usadas para passar biometria facial exigida na abertura das contas digitais. Paralelamente, um núcleo de falsificação produzia documentos físicos adulterados, como RGs e CNHs.

Após a abertura das contas, os criminosos movimentavam pequenos valores para simular atividade financeira regular e, assim, ampliar gradualmente os limites de crédito. Em seguida, acessavam indevidamente a plataforma Sou.Gov, suprimiam a autenticação de dois fatores e elevavam o nível das contas invadidas para as categorias “prata” ou “ouro”, o que permitia a contratação de empréstimos em nome dos servidores.

De acordo com a polícia, ao